Que perfil de TOC?

Por A. Domingues de Azevedo, presidente da Direcção da CTOC

Julgo ser pacífico para todos os membros que o exercício da profissão de Técnico Oficial de Contas, pela importância que tem na vida nacional e pela repercussão na causa pública, começa a ser uma actividade muito diferente da que se praticava há uns anos.

Este facto gerará, a curto espaço, algumas reflexões profundas, não só entre nós, mas também no seio da própria sociedade.

Desde logo a preparação académica dos profissionais terá que ser repensada, com vista a conferir-lhe os necessários conhecimentos ou competências para o exercício efectivo da carreira.

Para começar, algumas questões se levantam: que figurino de TOC corresponde às expectativas das empresas portuguesas? Qual a sua adequação ao definido pela instituição reguladora da profissão? Quais os meios humanos e materiais que o país dispõe para a efectiva preparação profissional dos TOC?

A leitura que até hoje temos vindo a fazer, embora ousada, não deixa de comportar alguns riscos de implementação, pois não se sustenta num conhecimento científico e testado, mas sim numa lógica baseada na análise da realidade.

É evidente que temos tido um cuidado acrescido sempre que lidamos com estas matérias. Não obstante, a questão de fundo mantém-se em aberto. Qual o perfil de profissional que melhor se adapta às necessidades das empresas portuguesas?

As instituições do ensino superior têm feito um grande esforço de interligação com as empresas e instituições que lhes estão próximas, no sentido de apreenderem as necessidades mais prementes, convidando, não só personalidades no domínio da docência, mas também integrando nos seus próprios órgãos deliberativos representantes daquelas empresas.

Infelizmente, os resultados teimam em não aparecer e, dia após dia, cava-se cada vez mais o fosso entre a vida real e a preparação dos estudantes.

Com a entrada em funcionamento, até 2010, do Processo de Bolonha, embora reconheça que este encerra uma concepção diferente do nosso sistema tradicional de ensino, pelo menos numa primeira fase, aquela assimetria poderá agravar-se.

Os esforços de colaboração entre a CTOC e a Academia, embora profícuos, ainda não foram suficientes para inverter a acentuada tendência de perda de qualidade dos nossos formandos.

O que nos resta? Atribuir uma qualificação profissional a quem não possui os conhecimentos necessários para a sua execução?

A solução passa por conceber e implementar sistemas de formação complementares dos conhecimentos e competências adquiridas após a preparação académica, bem como o necessário *know-how* para a sua aplicação. Um ponto parece-me pacífico: a manter-se o estado actual de coisas, ninguém ganhará. Não ganham os candidatos à profissão, porque indevidamente preparados, não terão as ferramentas necessárias que lhes permitam uma saudável concorrência profissional; nem tão pouco ganham as instituições de ensino, já que se descredibilizam junto dos seus alunos.

Por último, não ganha a CTOC porque não terá os padrões de qualidade profissional a que legitimamente anseia.

Neste âmbito, a Câmara vai implementar a nível nacional uma formação específica de preparação para o exame de avaliação profissional, para efeitos de acesso à inscrição na CTOC.

Embora nos pareça o mais adequado, esta medida só pode ser entendida como transitória e num futuro muito próximo teremos todos que reequacionar a melhor solução a encontrar para este profundo problema que não é específico dos candidatos a Técnicos Oficiais de Contas.

Pela nossa parte estamos abertos à discussão, lançando desde já o desafio às instituições do Ensino Superior, para que nos acompanhem neste debate. ■